



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

29/03/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

A partir de maio, quem ganha até R\$ 2.640 fica isento de Imposto de Renda

A partir de 1º de maio deste ano, quem ganha até R\$ 2.640 mensais — o equivalente a dois salários mínimos de R\$ 1.320, que passa a valer na mesma data — deixará de pagar Imposto de Renda.

A isenção do IR para essa faixa da população visa a iniciar o processo de atualização da tabela do Imposto de Renda, que não acontece desde 2015, o que fez com que cada vez mais pessoas de baixa renda tivessem de passar a pagar o imposto, gerando ainda mais desigualdade tributária.

A defasagem atual da tabela, a maior da série histórica, chega a 148%, segundo o Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco). O governo federal anunciou no começo deste ano que a política de isenção será conduzida de forma progressiva até atingir R\$ 5 mil mensais.

A partir de maio, a faixa de isenção vai subir de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. E o governo também criou uma dedução simplificada de R\$ 528; assim, quem recebe até R\$ 2.640 ficará isento. E quem ganha até R\$ 2.640 não pagará Imposto de Renda nem na fonte (contracheque), nem na declaração de ajuste anual. Os trabalhadores que ganham mais do que isso vão pagar apenas sobre o valor excedente.

O novo teto de isenção precisa ser oficializado via Medida Provisória, que ainda não foi publicada. A situação das demais faixas da tabela ainda não foi informada. Vale lembrar que a nova tabela só valerá para a declaração do Imposto de Renda de 2024.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 29 de março.

Jovens pagam a conta da crise e sofrem mais com o desemprego

Mesmo com o abrandamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, o desemprego segue elevado para os jovens. De cada cinco trabalhadores que têm de 18 a 24 anos, um está sem emprego. É o que apontam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua compilados pela Tendências Consultoria e divulgados nesta segunda-feira (27) no Valor Econômico.

“Apesar dos ganhos em relação ao choque da pandemia, o mercado de trabalho continua adverso para os jovens brasileiros. A última década mostra que a população de 18 a 24 anos vem diminuindo, mas o desemprego nessa faixa etária tem aumentado”, resume o jornal.

No conjunto dos trabalhadores, a taxa de desemprego passou de 7,4% em 2012 para 13,7% em 2020 (no auge da pandemia) e 9,3% em 2022. Nesses três anos de referência, a desocupação entre os jovens foi maior: 14,8% em 2012, 28,6% em 2020 e 19,2% em 2022. , ainda acima da mínima histórica de 14,7% em 2013 e 2014.

Por trás dos números há uma espécie de círculo vicioso, sugere o economista Lucas Assis, da Tendências. “Por causa de sua inerente inexperiência laboral, eles enfrentam maior dificuldade de ingresso e estabilidade no mercado de trabalho, representando o grupo mais vulnerável nos períodos de crise econômica”, afirma Assis.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 29 de março.

Aneel propõe corte de 1% em tarifa da Enel SP, mas residências não terão alívio

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) propôs redução média de 1% nas tarifas de eletricidade da Enel SP, que atende a região metropolitana de São Paulo. O consumidor residencial, porém, não terá alívio, já que o corte será concentrado para indústrias.

De acordo com a proposta que será levada a consulta pública, indústrias que comprem em alta tensão terão queda de 4,19% na tarifa. Já consumidores de média tensão (0,06%) e residenciais (0,11%) ficam com as tarifas praticamente estáveis.

As novas tarifas, se aprovadas, entram em vigor no dia 4 de julho. A proposta, porém, ainda será discutida pelo mercado e consumidores antes de ser votada em reunião da diretoria da agência.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 29 de março.

PIB pode crescer 10% em 15 anos por reforma tributária, diz Alckmin

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse nesta terça-feira (28) que o atual modelo tributário do país é muito caótico e que uma reforma tributária traria crescimento de 10% em 15 anos no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro.

"Nós temos um modelo tributário caótico, é tudo judicializado [...] é uma complexidade tributária absurda", disse Alckmin na abertura da 24ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Alckmin afirmou que é preciso fazer a economia brasileira voltar a crescer e que uma reforma tributária traria eficiência econômica, levando o PIB do país a subir 10% em 15 anos.

O vice-presidente também disse que o sistema tributário precisa ser simplificado e ser ampliado para cobrar renda e patrimônio, e não apenas o consumo.

"O primeiro objetivo é a simplificação", disse Alckmin. "O modelo nosso é muito injusto. Ele arrecada de maneira injusta. Tudo aqui é sobre consumo. Nos Estados Unidos, o imposto sobre consumo é 20%. Lá tributa consumo, renda e patrimônio. Aqui é consumo, consumo e consumo."

Alckmin disse ainda que a indústria brasileira precisa ser incentivada a buscar o comércio exterior, pois é preciso exportação para o país crescer.

"O mundo que cresce é comércio exterior [...] nós temos que estimular. Algum tipo de indústria não se mantém se não exportar. Só no mercado interno ela não se mantém", acrescentou Alckmin.

Em discussão há anos no Legislativo, o tema da reforma tributária atualmente é abordado em duas PEC (Propostas de Emenda Constitucional) que aguardam votação: a PEC 45, na Câmara dos Deputados, elaborada pelo atual secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, e a PEC 110, no Senado.

A PEC 45 prevê a criação de um único imposto sobre bens e serviços nos âmbitos federal, estadual e municipal. Já a PEC 110 prevê uma tributação dual: um imposto sobre o valor agregado para a União e outro para os demais entes da Federação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 29 de março

Juros do consignado devem subir para 1,97% ao mês por decisão de Lula

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, interveio na disputa entre os Ministérios da Previdência, da Casa Civil e da Fazenda e decidiu aumentar em 1,97% ao mês o limite dos juros nos empréstimos consignados de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

O patamar fixado pelo governo está dentro do "meio-termo" negociado há duas semanas por Carlos Lupi (Previdência), Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda).

O Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), presidido por Lupi, marcou para esta terça-feira, 28, uma reunião para definir o novo teto do crédito consignado.

No último encontro do conselho, no dia 13 deste mês, ficou definido o corte de juros de 2,14% para 1,70%. A decisão gerou reação de bancos públicos e privados, incluindo a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, que suspenderam a liberação de empréstimos a aposentados e pensionistas.

As instituições financeiras alegavam falta de lucratividade caso a operação mantivesse o atual patamar.

O Conselho é responsável por definir o limite dos juros que podem ser cobrados nessa linha de crédito, mas a taxa fica a cargo de cada instituição financeira. O governo, então, abriu uma mesa de negociações para definir uma nova taxa de juros que reduza o custo dos empréstimos para os aposentados e mantenha a lucratividade dos bancos.

A decisão do CNPS de cortar os juros gerou atrito dentro do governo. Lupi defendia a taxa implementada pelo conselho, enquanto Costa e Haddad argumentavam a favor da elevação do teto para a faixa próxima dos 2%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 29 de março.